



Programa Gestão Pública e Cidadania

Projeto Escola do Campo: Casas Familiares Rurais do Estado do Paraná

Cláudia Souza Passador



Versão em formato PDF

finalistas do ciclo de
premição 1999

Originalmente publicado em:

**Novas Experiências de Gestão Pública
e Cidadania**

**Marta Ferreira Santos Farah e
Hélio Batista Barboza (orgs.)**

Copyright © Marta Ferreira Santos Farah e Hélio Batista Barboza

Direitos da edição reservados ao
Programa Gestão Pública e Cidadania
Av. 9 de Julho, 2029 – 2º andar da Biblioteca
01313-902 – São Paulo – SP
Tel: (11) 3281-7904 / 3281-7905
Fax: (11) 287-5095
E-mail: inovando@fgvsp.br
<http://inovando.fgvsp.br>

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta
publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright
(Lei nº 5.988)

1ª edição – 2000

Revisão dos originais: Friedrich Gustav Schmid Jr.
Editoração eletrônica: Jayr Ferreira Vaz
Revisão: Aleidis de Beltran e Fatima Caroni
Produção gráfica: Helio Lourenço Netto
Capa: Tira Linhas Studio

Versão gráfica em formato PDF: Liria Okoda

**Ficha Catalográfica elaborada pela
Biblioteca Mario Henrique Simonsen/FGV**

Novas Experiências de Gestão Pública e Cidadania/
Organizadores: Marta Ferreira Santos Farah, Hélio Batista Barboza – Rio de
Janeiro : Editora FGV, 2000.
296 p. – (Coleção FGV Prática)

Inclui bibliografia.

1. Políticas públicas – Brasil. 2. Administração pública – Brasil.
I. Farah, Marta Ferreira Santos. II. Barboza, Hélio Batista. III. Fundação Getulio
Vargas. IV. Série.

CDD-353

Projeto Escola do Campo: Casas Familiares Rurais do Estado do Paraná

ESTADO DO PARANÁ

Cláudia Souza Passador¹

“[...] Lugar de ser feliz não é supermercado, o inferno é escuro, não tem água encanada, não tem porta, não tem muro, não tem porteiro na entrada, e o céu será divino, confortável condomínio, com anjos cantando hosanas, nas alturas, nas alturas, onde tudo é nobre e tudo tem nome, onde os cães só latem para enxotar a fome”

Zeca Baleiro

Uma experiência pedagógica

As Casas Familiares Rurais tiveram início na França em 1935 no povoado de Lot et Garonne. A iniciativa partiu de um grupo de pais agricultores que buscavam solucionar dois grandes problemas. De um lado, as questões relacionadas ao ensino regular que, por ser direcionado para as atividades urbanas, levava os adolescentes campesinos a abandonar a terra. E de outro lado, a necessidade de fazer chegar ao campo a evolução tecnológica de que precisavam. Criaram então a primeira “Casa Familiar Rural”, lá chamada de *Maison Familiale Rurale*, onde os jovens passavam duas semanas recebendo conhecimentos gerais e técnicos voltados para a realidade agrícola regional e duas semanas nas propriedades rurais, aplicando os conhecimentos recebidos. Tal prática foi chamada de “Pedagogia de Alternância”.

1. Socióloga, jornalista, mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas, doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo. A autora agradece imensamente ao organizador da visita, o médico veterinário Sérgio Bajaluk, ex-coordenador de programa de desenvolvimento da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar), que dedicou três dias de seu valioso tempo para a prestação e o detalhamento das informações necessárias à realização deste artigo, >>>

O projeto se expandiu e hoje a França conta com mais de quinhentas *Maisons Familiales*, atualmente voltadas para diversas áreas de conhecimento, da agricultura à mecânica avançada, que acolhem trinta e oito mil jovens e adultos. Outros vinte e dois países adotaram o projeto, com as mesmas características e propostas: a responsabilidade e entrosamento das famílias na formação integral dos jovens por alternância e no desenvolvimento do meio ao qual pertencem².

No Brasil, a idéia começou a se desenvolver em 1988, quando agricultores do sudoeste do Paraná se depararam com o mesmo problema: não havia uma escola de ensino médio que formasse os jovens agricultores de acordo com a sua realidade e necessidade. Além disso, as dificuldades econômicas enfrentadas pelas pequenas propriedades rurais levavam trabalhadores e proprietários para os grandes centros urbanos, na busca de um padrão de vida que não encontravam no campo. Por iniciativa da prefeitura de Barracão, ocorreram várias reuniões entre os agricultores, envolvendo também outros membros da comunidade local. Em 1989, o primeiro grupo de jovens inaugurou o projeto no município e, no ano seguinte, a prefeitura do município vizinho – Santo Antônio do Sudoeste – adotou a mesma prática. O projeto foi chamado de “Casa Familiar Rural”, tendo por objetivo proporcionar aos jovens da zona rural o acesso à formação em agricultura, para que pudessem utilizar de forma eficiente os fatores de produção e consolidar sua vocação agrícola. O Projeto Escola do Campo é o apoio do governo do Paraná às Casas Familiares Rurais, que são de iniciativa das referidas comunidades, sendo por estas permanentemente acompanhadas.³

Durante o período de implantação das Casas Familiares Rurais, o Projeto recebeu orientação do engenheiro agrônomo francês Pierry Gilly sobre a “Pedagogia da Alternância”. Segundo Gilly, esta pedagogia envolve dez etapas, começando pela pesquisa participativa – quando os agricultores refletem sobre o desenvolvimento global da região e determinam os temas a serem trabalhados na escola – e pelo planejamento anual baseado no calendário agrícola, até chegar à troca de experiências, aos cursos, às visitas de estudos, aos experimentos e às avaliações⁴.

Em outras palavras, o Projeto “Escola do Campo – Casa Familiar Rural” capacita os jovens do campo para imprimirem qualidade e competitividade

>>>
além de ter preparado as reuniões nas Casas Familiares Rurais de Nova Laranjeiras, Candói e Chopinzinho. Também agradeço ao atual coordenador, Paulo Meira, pela atualização dos dados. Não poderia deixar de agradecer a calorosa acolhida dos envolvidos com o Projeto nos três municípios visitados, do vice-presidente da Arcafar, Antenor Dalvesco, e do coordenador de setor da Arcafar, José Maria Vicente Rodrigues, pelo acompanhamento durante parte da visita. Pude contar também com a sempre diligente ajuda de meu marido, João Luiz Passador, professor e pesquisador com experiência em movimentos sociais e organizações não-governamentais, com quem troquei impressões e exercitei as reflexões sobre o tema.

2. Dados: Relatório do Encontro de Monitores e Professores dos PACs das Escolas do Campo - Casas Familiares Rurais. Curitiba, setembro de 1.997

3. Informações fornecidas pelo vice-presidente da Associação das Casas Familiares do Sul do Brasil (Arcafar), Antenor Dalvesco.

4. Ver: FLORES, Simão et alli. Desempenho da Pedagogia da Alternância nas Casas Familiares Rurais de Barracão e Santo Antônio do Sudoeste. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica, 1991. (Monografia). Ver também: GILLY, Pierry. Estudos sobre Pedagogia da Alternância. Curitiba: mimeo, 1995.

aos seus produtos e para auferirem, inclusive, a renda necessária à obtenção da qualidade de vida no campo. Além disso, o Projeto leva aos jovens da zona rural conceitos de cidadania e conhecimentos para se tornarem os “novos agricultores”, valorizados como responsáveis pela produção de alimentos e pela preservação do meio ambiente.

Hoje existem Casas Familiares Rurais nos três Estados do Sul do país, sendo 38 no Paraná, 21 em Santa Catarina e 6 no Rio Grande do Sul. No Paraná, onde a experiência mais avançou, as Casas estão distribuídas por todo o Estado, com grande número de jovens nessa modalidade de ensino, reconhecida pela Secretaria de Educação como ensino supletivo, já que se destina aos filhos dos agricultores, que tenham concluído a quarta série do primeiro grau e que sejam maiores de 14 anos.

QUADRO 1

Evolução do Projeto Escola do Campo

ANO	NÚMERO DE ESCOLAS
1990	3
1991	6
1992	11
1993	11
1994	18
1995	20
1996	27
1997	34
1998	36
1999	39
2000	38

FONTE: ASSOCIAÇÃO DA CASAS FAMILIARES DO SUL DO BRASIL (ARCAFAR)

O Projeto Escola do Campo – Casa Familiar Rural se destaca por ser uma iniciativa que atende ao anseio das famílias do meio rural. Após sua implantação no município de Barracão, houve um aumento substancial de unidades no Estado e no Sul do país. As 38 Escolas do Campo em funcionamento no Paraná abrangem 59 municípios, envolvendo cerca de 2.100 jovens, 5.970 famílias, perfazendo um total de 29.850 pessoas, ou ainda, 32.970 pessoas se forem contabilizados todos os órgãos, enti-

6 dades, associações e pessoas que participam de alguma maneira do Projeto.⁵ Mas a demanda ainda é muito maior. Considerando um total de 210.000 jovens com idade entre 14 e 19 anos existentes na zona rural dos 399 municípios do Estado, incluídos cinquenta municípios que esperam pela implantação do Projeto, atende-se atualmente cerca de 1% da clientela potencial.⁶ Estimulado pelo sucesso da iniciativa, a meta do governo do Paraná, na atual gestão (1999-2003), é formar anualmente 15 mil jovens agricultores no Estado.

5. Dados: Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (Arcafar). É importante notar que o número de jovens pertencentes ao Programa é um terço do número de famílias beneficiadas, significando que aqueles são agentes multiplicadores, atuando além do próprio núcleo familiar e beneficiando também famílias e propriedades vizinhas.

6. Dados: Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar).

7. O nome "Casa Familiar Rural" surgiu no período de implantação do projeto pela Arcafar, numa referência direta à experiência francesa. A "Escola do Campo", por sua vez, designa o projeto de apoio do Estado do Paraná às Casas Familiares Rurais, como mencionado. Entretanto, para os participantes do Projeto, especialmente os pertencentes às comunidades, as duas denominações são utilizadas indistintamente e, da mesma forma, serão adotadas no presente texto.

8. Para estudar na Casa Familiar Rural, além de ter concluído a quarta série do primeiro grau e ser maior de 14 anos, o aluno deve ser filho de agricultor e participar da implantação do Projeto com os demais membros da comunidade.

9. Sobre a aplicação da pedagogia de alternância em Minas Gerais, ver o artigo sobre o Projeto Escola Familiar Agroindustrial de Turmalina.

O processo de implantação do Projeto

Para ser implantada, a Escola do Campo ou Casa Familiar Rural⁷ depende do interesse da comunidade e do apoio dos órgãos executores e dos parceiros. Basicamente, o Projeto é desenvolvido nos municípios em que a agricultura familiar apresenta baixa rentabilidade e em que os jovens não encontram perspectiva para permanecer no campo, além de não contarem com ensino agrícola que possibilite incrementar a renda das propriedades.

Em cada município, o interesse da comunidade se manifesta quando os agricultores e a prefeitura se reúnem para discutir a implantação da escola. Também participam os futuros alunos e possíveis parceiros do Projeto na comunidade, como a igreja. Em tais reuniões, o Projeto é apresentado e se discute seu funcionamento. Caso a comunidade de agricultores aprove a idéia, ocorre um seminário oficial de implantação, visando à definição das atribuições de cada órgão envolvido e a formação de uma Associação de Pais de Alunos. A Associação é responsável pela designação de dois monitores, pela composição da primeira turma de alunos,⁸ pela escolha do local e dos equipamentos e pela elaboração do Plano de Formação, voltado para as necessidades da região. Após a implantação da escola, a Associação deverá ter participação ativa na administração da Escola.

As unidades da Escola do Campo diferenciam-se umas das outras quanto ao conteúdo programático, adaptado à realidade de cada região, sempre de acordo com a "Pedagogia de Alternância"⁹. Segundo esse método, o aluno passa duas semanas em casa e uma semana na escola.

Assim, durante os três anos do curso, o jovem permanece apenas 39 semanas (10 meses) longe de sua propriedade rural podendo, dessa forma, manter os vínculos com a família, com a propriedade e com a comunidade. Após esse período, o jovem recebe diploma de qualificação em agricultura e o de 5º a 8º série do ensino fundamental.

Nas duas semanas em que ficam nas propriedades, os jovens aplicam na prática os conhecimentos recebidos na escola, discutindo com seus pais e, não raro, com vizinhos, sobre as possíveis inovações. Planejam soluções para os problemas que aparecem – como pragas nas plantações ou doenças dos animais –, reorganizam as tarefas da casa, recebem a visita dos monitores e até modificam o relacionamento com seus familiares, muitas vezes passando a ser os responsáveis pela produção da propriedade e pelo sustento de toda a família.

Durante a semana em que estão na escola, os jovens expõem seus problemas e aprendem com a experiência dos colegas. Além disso, visitam outras propriedades agrícolas da região, assistem palestras sobre diversos assuntos – como doenças sexualmente transmissíveis, direito do consumidor e sistema partidário –, recebem a educação geral voltada para a agricultura, adaptada à realidade agrícola regional e à vivência comunitária, e planejam a alternância. Aprendem o conceito de matriz matemática, por exemplo, aplicando-o ao plantio do feijão.

A propriedade rural é utilizada como um valioso campo de aprendizagem e de experiências, o que reduz significativamente o custo do Projeto.¹⁰ As escolas ficam dispensadas de instalar, em suas dependências, estruturas que reproduzam a realidade na qual os alunos aplicarão os ensinamentos recebidos. Além de aplicar diretamente em sua propriedade os conhecimentos recebidos na escola, o jovem pode transmiti-los para toda sua família e para a comunidade, transformando o meio em que vive.

É importante lembrar que as Casas Familiares Rurais ressaltam constantemente a vida associativa e a vida em grupo, principalmente na semana de internato, em que os alunos permanecem na escola. Por isso demandam monitores que sejam ao mesmo tempo técnicos (profissionais das ciências agrárias, de acordo com a necessidade da região), professores, educadores e animadores. A função do monitor acaba

10. Em contraposição às Escolas Técnicas Federais Agrícolas, que têm um custo mais elevado e funcionam sem o envolvimento da comunidade. Tais escolas formam técnicos agrícolas, muitas vezes distantes da realidade da pequena propriedade, que dispõe de poucos equipamentos e de recursos financeiros limitados.

8 sendo crucial para o desenvolvimento de cada jovem, das famílias e de toda a comunidade. Muitos destes monitores são engenheiros agrônomos ou médicos veterinários, alguns, inclusive, com pós-graduação, que se dedicam apaixonadamente ao Projeto¹¹.

TABELA 1

Alunos das Casas Familiares Rurais, ano letivo 1999

TOTAL	FORMADOS	3º ANO	2º ANO	1º ANO
3.151	972	626	703	850

FONTE: ASSOCIAÇÃO DA CASAS FAMILIARES DO SUL DO BRASIL (ARCAFAR)

O Estado do Paraná e o contexto da Casa Familiar Rural

O Paraná abriga uma miscigenação de raças, oriundas principalmente da Europa. São imigrantes que encontraram solo fértil e clima propício para o plantio de certos produtos agrícolas cultivados em seus países de origem, como a uva, a maçã, a pêra, o pêssego, etc. Foi com a ajuda do trabalho pesado desses imigrantes que a Região Sul do Brasil, a menor do país, transformou-se na segunda região mais desenvolvida do país e na maior produtora nacional de alimentos.

Porém, neste final de século, a lógica da economia global e altamente competitiva deixou os pequenos agricultores – que produzem da mesma forma há décadas – sem perspectivas, confusos e descapitalizados. Com os produtos agrícolas nacionais concorrendo diretamente com os produtos internacionais, o espaço para o pequeno agricultor está cada vez mais reduzido, devido principalmente à ausência de políticas agrícolas que atendam a todas as suas necessidades. Sem possibilidade de oferecer produtos de qualidade com preços competitivos, muitos migraram para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida. Dos que ficaram no meio rural, poucos progrediram, permanecendo dependentes de empréstimos e carentes de orientação técnica.

De maneira geral, participam do Projeto pequenos municípios, com uma população essencialmente agrícola que às vezes convive com reservas indígenas e assentamentos do Movimento dos Sem Terra (MST). Nova Laranjeiras, por exemplo, tem uma população de pouco mais de

11. Ver: FRANCESQUET, Cleusa Gowacki. A Educação na Casa Familiar Rural. Francisco Beltrão (PR): Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão (Facibel), 1997. A autora fez uma extensa pesquisa de campo envolvendo alunos, monitores, pais de alunos e demais integrantes do Projeto Casa Familiar Rural.

17 mil habitantes, dos quais 15.200 habitam a área rural. O município ainda abriga uma reserva indígena que ocupa 10% do seu território, com 2 mil habitantes, além de dois assentamentos do MST, com um total de 190 famílias.¹²

O município de Chopinzinho, por sua vez, tem cerca de 20 mil habitantes, sendo pouco mais de 12 mil na área rural. Além da Casa Familiar Rural, Chopinzinho implantou um Plano de Desenvolvimento Rural, composto por dez programas. O Plano tem por objetivo recuperar e conservar os recursos naturais da região, diversificar as atividades econômicas das pequenas propriedades, verticalizar a produção e agregar renda. Já o município de Candói tem um programa de resgate da agricultura familiar com financiamento e subsídio para a produção de alimentos básicos, a aquisição de pequenos animais, a pecuária leiteira, a formação de pastagens e a construção de silos para suplementação alimentar no inverno. Em ambos os municípios, o detalhe mais interessante é o aproveitamento dos alunos da Casa Familiar Rural como mão-de-obra qualificada na execução desses projetos.¹³

Entre 1994 e 1998, o Paraná aumentou significativamente a oferta de matrículas na rede estadual, passando de 1,2 milhão para 1,5 milhão de estudantes. Atualmente, o Estado tem matriculados 98% de suas crianças e jovens em idade escolar, três pontos percentuais acima da média nacional. Desta expansão, 50% referem-se ao ensino médio e 25 a 30% ao ensino supletivo.¹⁴

As Escolas do Campo fazem parte do *portfolio* de projetos do Departamento de Ensino Supletivo da Secretaria de Educação do Paraná. Se, por um lado, a iniciativa se beneficia do fato de o Estado priorizar a Educação, por outro lado sofre limitações por ser vista apenas como um modo de fornecer ensino básico. De acordo com a secretária de Educação do Paraná, Alcyone Saliba, o Projeto Escola do Campo envolve elementos da alçada de várias outras secretarias, que deveriam ser considerados na futura expansão das Casas Familiares Rurais.

Para superar essa fragilidade do Projeto, a Secretaria da Agricultura planeja incluir, em seu orçamento para o ano 2001, recursos a serem utilizados na viabilização dos projetos comunitários dos alunos. A Secretaria também pretende empreender ações, em parceria

12. Dados: relatório mensal de atividades da monitora Cleusa F. Gowacki, abril de 1997.

13. Dados: secretário da Agricultura de Chopinzinho, Luiz Pasquale, e do prefeito de Candói, Waltzer Donini.

14. Dados: secretária da Educação do Estado do Paraná, Alcyone Saliba.

- 10 com as comunidades, para criar novas formas de contribuição das localidades participantes e beneficiárias do Projeto, como parcerias com o setor privado.

Os parceiros do Projeto

O Projeto Escola do Campo envolve várias organizações em sua execução. Formalmente, participam a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar), a Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (Arcafar), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e a Secretaria de Estado da Educação. É a comunidade, porém, que se responsabiliza pela administração das escolas, por intermédio da Associação de Pais de Alunos.

TABELA 2

Pessoas envolvidas diretamente no Projeto

ORGANIZAÇÃO	N.º DE PESSOAS / STATUS
Codapar	21 técnicos
Arcafar	80 técnicos e 57 funcionários
Secretaria de Educação	12 técnicos
Emater - PR	12 técnicos
Total	182 pessoas

FONTE: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO PARANÁ (CODAPAR)

A Codapar é a responsável pela implantação do Projeto nos municípios, por meio da mobilização da comunidade, e a Arcafar, pela coordenação dos trabalhos de contratação, seleção, capacitação dos monitores e dos pais, além da manutenção da “pedagogia da alternância” e do repasse de recursos para o pagamento dos profissionais envolvidos.¹⁵

A prefeitura municipal tem as seguintes atribuições: transportar os alunos para a escola, ceder e manter um veículo para o transporte de monitores quando das visitas às propriedades rurais, manter as instalações e arcar com as demais despesas decorrentes do funcionamento da escola, por meio de um convênio previamente estabelecido com a Associação de Pais. Na prática, as Casas Familiares Rurais recebem recursos financeiros do governo do Estado, conforme estabelecido por um

15. A Arcafar funciona como associação civil sem fins lucrativos, de caráter filantrópico. Seus diretores não são remunerados, apesar da ampla dedicação e envolvimento com as Casas Familiares Rurais, além de terem sido os principais incentivadores e difusores do projeto.

convênio entre a Secretaria de Educação e a Arcafar, mas em todas as unidades podemos encontrar algumas formas de ampliar a verba disponível decorrentes da mobilização da Associação de Pais, da iniciativa privada, de fundações, das organizações não-governamentais e, ainda, de gestões e recursos públicos municipais. Nos municípios com maior arrecadação, por exemplo, as prefeituras destinam mais recursos para as Casas Familiares Rurais. O coordenador de uma das Casas organiza freqüentemente festas que geram renda para a compra de vídeos ou livros.

Há também a contribuição dos alunos, que levam alimentos produzidos em suas propriedades para consumir na semana em que permanecem nas escolas. O espaço físico da escola também varia de cidade para cidade. Algumas já têm sede própria, outras utilizam galpões municipais ociosos, salões comunitários, etc.¹⁶

Em 1999, o orçamento do Projeto foi de R\$ 2,1 milhões, dos quais o governo do Paraná investiu R\$ 1,1 milhão, ou seja, 0,049% da receita orçamentária estadual. O restante, cerca de R\$ 1 milhão, resultou de investimentos municipais e privados, correspondentes ao valor médio de R\$ 25.600,00/escola/ano¹⁷.

Até 1999 dois convênios de cooperação técnico-financeira haviam sido firmados entre a Secretaria de Estado da Educação e a Arcafar. No primeiro, válido de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, a Secretaria repassava à Arcafar a verba para o pagamento dos salários dos professores, dos monitores, dos auxiliares dos serviços gerais, além dos recursos para capacitação técnica dos envolvidos e elaboração de material pedagógico. No segundo convênio, vigente de março a dezembro de 99, os recursos financeiros passaram a ter seu valor anual definido antecipadamente. Segundo a secretária de Educação do Paraná, Alcyone Saliba, o valor foi definido com base nos 2.200 alunos matriculados no ano de 99, ao custo anual de R\$ 500,00 por aluno, para oito horas de atendimento. Os recursos são gerenciados pela Arcafar. Em 2000, o convênio foi alterado novamente: o Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Educação, estabeleceu o repasse à Arcafar de R\$ 1 milhão para o pagamento dos monitores (dez parcelas de R\$ 100.000,00, de março a dezembro de 2.000).

16. Geralmente a construção das unidades envolve um grande esforço de toda a comunidade, com auxílio das prefeituras, do comércio, das indústrias locais e da sociedade civil.

17. Dados fornecidos pela Codapar. Até o momento nenhum recurso federal foi investido, mas a Codapar tem buscado recursos para o Projeto junto ao Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação - FNDE e ao Ministério da Agricultura, sem resultados efetivos.

12 Segundo o ex-presidente da Codapar, fundador das Casas Familiares Rurais no Paraná e atual Secretário da Agricultura do Estado, Antônio Leonel Poloni, o Projeto “cria mecanismos de difusão de experiências pedagógicas e tecnológicas, possibilitando a troca de informações entre as estruturas voltadas para a educação rural; fomenta o associativismo, apoiando a viabilização de projetos de desenvolvimento regional; orienta os jovens e adultos sobre as possibilidades de atuar no meio rural e de protagonizar o próprio desenvolvimento; e instrumentaliza o agricultor na viabilização da agricultura familiar, colaborando com sua emancipação dos subsídios do Estado, por meio da autogestão e da auto-sustentação das propriedades rurais”.

O envolvimento da comunidade é primordial para a consecução dos objetivos do Projeto, cuja implantação só acontece a partir da demanda da própria comunidade. A partir daí, começa a se desenvolver o senso de responsabilidade pelas escolas, a busca por soluções para os problemas da região, a valorização do agricultor como cidadão e como profissional. Conseqüentemente, o Projeto acaba despertando a iniciativa e a participação comunitária, além de uma atuação conjunta por parte dos órgãos executores e parceiros do Projeto. E ainda, cria projetos de desenvolvimento regional oriundos das aspirações da população local e dos ensinamentos da Casa Familiar Rural.

As Casas tem evoluído de acordo com a maturidade política da comunidades. Nas cidades em que as lideranças constituídas e os agricultores compreendem suas atribuições junto ao Projeto, este se torna a mola propulsora da agricultura no município ou na região.

Uma política educacional de caráter emancipatório

O Projeto Escola do Campo preenche uma lacuna na profissionalização do agricultor, funcionando como curso supletivo para os jovens que tinham abandonado os estudos. Ao mesmo tempo, elimina a necessidade de substituí-los, nas propriedades, por mão-de-obra contratada ou por algum outro membro da família (como acontece com os alunos que vão para as Escolas Técnicas Federais).

Além de introduzir mudanças qualitativas e quantitativas no ensi-

no supletivo, a iniciativa amplia significativamente o diálogo entre as organizações da sociedade civil e os agentes públicos,¹⁸ por intermédio das parcerias. A inclusão de pequenos agricultores e de pequenos municípios agrícolas – que constituem a maioria dos municípios brasileiros – na formulação, implementação, avaliação e controle de políticas públicas, também ajuda a construir um novo tipo de relacionamento entre Estado e sociedade civil.

Por fim, o Projeto acaba contribuindo para melhorar a qualidade de vida das comunidades. Neste sentido, o Projeto apresenta vários resultados indiretos, como a formação de cooperativas de pequenos agricultores, a venda conjunta da produção das pequenas propriedades e a participação política de ex-alunos como novas lideranças na região. As propriedades também passaram a adotar novas práticas, como o plantio direto de sementes (dispensando arações e gradagens), a agricultura orgânica (sem uso de pesticidas) e a biotecnologia (controle biológico). Graças ao Projeto Escola do Campo – Casa Familiar Rural, muitas propriedades passaram por uma grande transformação. Tais propriedades estavam comprometidas financeiramente e apresentavam baixa produção agrícola, baseando-se, geralmente, em monoculturas. Eram abandonadas pelos filhos dos agricultores, que muitas vezes se encontravam empobrecidos e em idade avançada. Hoje, essas propriedades rurais apresentam bons índices de produtividade, na pecuária e na agricultura, sendo mantidas por jovens orgulhosos da sua condição de produtores agrícolas e por famílias efetivamente envolvidas na vida da comunidade¹⁹.

Entre os planos para o futuro, cogita-se a busca de recursos externos para a implantação de mais 50 Casas Familiares Rurais, além do estabelecimento de novos arranjos institucionais entre as secretarias estaduais e entre o governo paranaense e o setor privado, com o apoio das comunidades. Pensa-se também no estabelecimento de convênios (com a Fundação Araucária – órgão do governo estadual para apoio à pesquisa – com a Universidade Estadual de Maringá e com sindicatos rurais, entre outros), para a melhoria de vários aspectos relacionados à qualidade de vida dos jovens agricultores e à reciclagem e aperfeiçoamento dos técnicos e monitores.

18. É importante salientar que nenhuma Casa Familiar Rural pode entrar em funcionamento sem que os pais dos jovens estejam organizados em uma Associação – com estatuto e regimento interno definidos – e sem que a entidade esteja filiada à Arcafar.

19. Vários alunos acabaram organizando cooperativas, associações e até organizações não-governamentais. Em Chopinzinho, por exemplo, foram criadas diversas associações por ex-alunos ou familiares de ex-alunos, entre elas uma associação em defesa do direito das mulheres do campo de amamentarem seus filhos.